



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

**TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO N. 12/2016.**

**TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N. 12/2016**  
(evento [0121484](#))

**PROCESSO SEI N. [0003682-76.2015.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/2016**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 12/2016, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA TELEFONICA BRASIL S.A., PARA PRESTAÇÃO MENSAL E CONTINUADA DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) E COMUNICAÇÃO MÓVEL DE DADOS, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS, EM REGIME DE COMODATO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador do documento de Identidade nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, com sede na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, bairro Cidade Monções, CEP: 04.571-936, em São Paulo/SP, Telefone(s): (51) 99821-5571, (69) 99914-5542/ (11) 99917-4215, E-mail(s): andressa.mertins@telefonica.com e fabio.levorin@telefonica.com, neste ato representada pela senhora **ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, formada em Mercadologia, portadora do documento de Identidade RG 3079109264-SSP/RS e CPF 822.144.090-68, e pelo senhor **FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN**, brasileiro, casado, formado em Administração, portador do documento de Identidade RG 27638106-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SSP/SPe CPF 267.221.148-56, ora denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na Decisão n. 257/2021/GABPRES, de 16/11/2021 (evento [0758404](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto PRORROGAR EXCEPCIONALMENTE por mais 6 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato n. 12/2016 (evento [0121484](#)), contados a partir de 03/12/2021 até 02/06/2022 (sem impacto no orçamento para despesa com telefonia móvel), em razão da impossibilidade de realizar a nova contratação desde objeto antes do encerramento da vigência do contrato atual, conforme detalhado pela unidade gestora no evento [0749292](#) do Processo Administrativo respectivo.

**Subcláusula Primeira** – Fica ressalvada a possibilidade de extinção antecipada do ajuste no caso do novo contrato ser assinado antes do prazo final da prorrogação excepcional registrada neste Termo Aditivo.

**Subcláusula Segunda-** O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento legal no art. 57, II, e seu § 4º, da Lei 8.666/93 c/c Cláusula Terceira da Contratação originária.

**DA RATIFICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na Contratação originária que não foram não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 17 de novembro de 2021.

<p>Desembargador <b>MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA</b></p> <p>Pelo Contratante</p>	
<p><b>ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA</b></p> <p>Pela Contratada</p>	<p><b>FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN</b></p> <p>Pela Contratada</p>
<p>Fábia Maria dos Santos Silva</p> <p>CPF: 567.849.102-49</p> <p>Testemunha</p>	<p>Aldací Souza Mota</p> <p>CPF: 326.504.772-53</p> <p>Testemunha</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N.  
12/2016/TRE-RO**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos  
aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato  (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 12/2016 (assinado em 02/09/2016) – Volume VII do PA (evento n. <a href="#">0121484</a> )  Vigência de 30 meses, a contar de 02/09/2016 até 02/03/2019.  Valor: R\$ 477.546,00	<u>R\$ 477.546,00</u>	-
1º Termo Aditivo (assinado em 28/02/2019) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0394201</a> )  Prorrogação por mais 30 meses, a contar de 03/03/2019 até 02/09/2021 e registro dos novos valores em face do desconto de 8,24% (R\$ 39.342,00) ofertado pela empresa.  Valor: R\$ 438.204,00 *(este valor foi alterado para R\$ 473.998,41, por meio do item 4 do 2º Termo Aditivo)	*R\$ 438.204,00	-
2º Termo Aditivo (assinado em 03/06/2019) – Volume XII do PA (evento n. <a href="#">0417022</a> )  Registro dos 1º e 2º Reajustes ao Contrato, respectivamente em 2,5% e 5,53%, bem como alteração de cláusulas sobre reajuste e sobre	<u>R\$ 39.013,98</u>	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gestor contratual, e ajustes de descontos registrados no 1º Termo Aditivo. Valor: R\$ 39.013,98		
3º Termo Aditivo (assinado em 01/10/2020) – Volume XIV do PA (evento n. <a href="#">0585295</a> ) Registro do 3º Reajuste ao Contrato de 4,42% (R\$ 20.941,96) e Acréscimo contratual de 22,85% ((R\$ 113.115,96)). Valor: R\$ 134.057,92	R\$ 134.057,92	22,85%
4º Termo Aditivo (assinado em 18/08/2021) – Volume XVI do PA (evento n. <a href="#">0725879</a> ) Prorrogação Excepcional por mais 3 meses, a contar de 03/09/2021 até 02/12/2021, sem impacto no orçamento respectivo.	00,00	-
5º Termo Aditivo (assinado em __/11/2021) – Volume XVIII do PA (evento n. <a href="#">0762525</a> ) Prorrogação Excepcional por mais 6 meses, a contar de 03/12/2021 até 02/06/2022, sem impacto no orçamento respectivo.	00,00	-

Obs.: Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz**

**Grangeia, Presidente**, em 18/11/2021, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA SIMONE MERTINS**

**DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 18/11/2021, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN, Usuário Externo**, em 24/11/2021, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 24/11/2021, às 08:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 24/11/2021, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0762525** e o código CRC **D9068ADE**.

0003682-76.2015.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2021 - PRES/DG/STIC/COSEIC**

#### **Ao: GABSAOFC**

Cuida-se de processo administrativo no qual registra-se a contratação de serviços de telecomunicações do tipo Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de comunicação móvel de dados, através do Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)), que teve seu término no dia 02/09/2021, conforme publicação do Termo Aditivo 01 ([0394201](#) e [0395756](#)), completando o prazo total de 60 (sessenta) meses de vigência.

Durante a vigência do Contrato acima mencionado, efetuamos uma prorrogação excepcional, por mais 03 (três) meses, através do Termo Aditivo 04 ([0725879](#)), visando garantir a conclusão do Certame Licitatório, que teve sua tramitação no PSEI n. [0002131-85.2020.6.22.8000](#), e, por ser um certame licitatório complexo, desde a sua fase de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elaboração dos Estudos Preliminares e Termos de Referência até a sua fase de implantação, demandou um tempo muito extenso.

Ocorreu que durante a realização do Certame Licitatório, tivemos que readequar o Edital do Pregão Eletrônico 013/2021, uma vez, em face de questões técnicas na divisão dos itens para cadastramento de propostas no Sistema Comprasnet. Dessa forma, o Edital foi publicado no dia 26/08/2021 ([0730826](#)), e para nossa surpresa, apesar das várias respostas de pedido de esclarecimento e impugnações, as Operadoras de Telefonia não compareceram ao certame, no qual restou deserto/fracassado ([0736278](#)).

Em consulta as Operadoras de Telefonia Claro S.A. e Telefonica Vivo S.A., sobre a não participação no Certame Licitatório, as mesmas informaram por telefone que "esqueceram da data do certame e por isso não participaram".

Não obstante, a Equipe de Contratação apresentou a Manifestação 7 ([0738245](#)), para que repetisse novamente o certame licitatório, o que ocorreu no dia 17/09/2021 ([0739766](#)).

Novamente a Equipe de Contratação, respondeu a todos os esclarecimentos apresentados pelas Operadoras, e o certame do Pregão Eletrônico n. 16/2021, teve sua realização no dia 30/09/2021.

Novamente, para nossa surpresa, somente a Operadora Telefonica Vivo S.A. compareceu no certame, as demais não participaram e apenas os itens 4 e 5 foram adjudicados.

O item 1, não foi apresentado proposta, tendo em vista que a Operadora Telefonica Vivo S.A. não possui cobertura na região do município de Costa Marques.

Os itens 2 e 3, a Operadora Telefonica Vivo S.A. apresentou proposta acima do preço médio e não logrou êxito na negociação com o Pregoeiro, restando frustrado os itens.

Novamente, a Gestão do Contrato de Telefonia Móvel do TRE-RO, entrou em contato com a Operadora Claro S.A., questionando novamente a ausência no certame, e a mesma respondeu por e-mail ([0750544](#)) e por telefone, informando "que não podia participar, por ausência de aparelhos telefônicos, uma vez que estão sem estoques e a orientação ao setor comercial, é que não participem, até que os Containers da China cheguem, para abastecer o estoque". Relatou ainda, extrema dificuldade na produção de aparelhos na China, o que tem impactado em muito nos certames licitatórios em que eles poderiam participar.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Como o prazo solicitado na primeira prorrogação excepcional, contemplava a realização do certame recém encerrado, contratação da empresa e transição contratual, o mesmo não dispõe de tempo hábil para realização de novo certame, em um prazo abaixo de 2 meses.

Assim, a Equipe de Contratação, face a situação de desabastecimento de aparelhos telefônicos, com especificações técnicas mais avançadas, propôs a possibilidade de realização de novo Certame Licitatório, com nova formatação das características técnicas dos smartphones, com o intuito de garantir que as operadoras possam participar, uma vez que, aparelhos com padrão médio, possibilitaria a participação das operadoras em concorrência, em uma nova Licitação.

Também nos foi apresentado a proposta de Contratação Direta, tendo em vista que houve fracasso em 03 (três) itens dos Editais publicados, mas precisamente no serviço de linha empresarial de voz e dados, com fornecimento de smartphones em comodato.

Independente da forma como se dará a nova contratação dos serviços de telefonia móvel, essa Gestão vislumbra a necessidade de uma nova prorrogação, para que não haja descontinuidade do serviço ofertado.

A equipe de planejamento da contratação estima que a publicação do edital do certame licitatório seja aberto até meados do mês de novembro/2021, ou seja, na iminência do encerramento do atual contrato, desde que tudo transcorra, sem maiores imprevistos, como recursos e impugnações.

A situação acima descrita caracteriza a possibilidade de não se realizar a nova contratação antes do encerramento da vigência do contrato atual. Assim, com a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de telecomunicações do Serviço Móvel, motiva a gestão do contrato a **solicitar uma nova prorrogação excepcional do contrato nº 12/2016, cuja vigência seria de até 06 (seis) meses, com data inicial a partir de 03/12/2021.**

Em consulta a **Empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, no sentido de aferir o interesse de uma nova prorrogação excepcional do contrato vigente, esta se manifestou **positivamente** por meio do correio eletrônico, acostado no evento SEI [0750543](#).

No que concerne ao impacto orçamentário decorrente da demanda para o exercício corrente, ressaltamos que o acréscimo de 06 (seis) meses não impactará o orçamento previsto para despesa com telefonia





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

móvel, uma vez que os preços contratados permanecem compatíveis com o mercado e vantajoso para a Administração, **conforme pode se verificar na própria Pesquisa de Preços do recente certame realizado (0708328)**.

Nesse diapasão, considerando a exiguidade do prazo e a complexidade da contratação, a Gestão do Contrato ponderou ser mais viável utilizar das cotações das empresas do mercado do atual certame em curso, para viabilizar a prorrogação do contrato ainda no prazo de vigência, demonstrando que ainda é vantajoso para a Administração a medida pleiteada.

A medida adotada pela Gestão do Contrato é preventiva, uma vez que, imprevistos possam acontecer no certame em curso e ocasionar prejuízos à Administração Pública, pela descontinuidade do serviço de telefonia móvel, além do fato, de garantir uma melhor transição contratual, em caso de haver uma nova prestadora de serviços, diferente da atual contratada.

Pelo exposto, nos dirigimos a essa Secretaria de Administração Orçamento, Finanças e Contabilidade, solicitando o prosseguimento dos atos necessários à **uma nova prorrogação excepcional do contrato nº 12/2016 com a prestadora TELEFÔNICA BRASIL S.A. por um período de até 06 (seis) meses a contar de 03/12/2021, com fundamento legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.**

**É a manifestação.**



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 14/10/2021, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0749292** e o código CRC **D21D8A8A**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003682-76.2015.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC)

ASSUNTO: CONTRATO Nº 12/2016 PRORROGADO  
EXCEPCIONALMENTE POR 3 MESES - POSSIBILIDADE DE NOVA  
PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DE PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS  
6 MESES – Empresa contratada **TELEFONICA BRASIL S.A.**, - Prestação  
de Serviços de Telecomunicação Móvel Pessoal (SMP) - Análise Jurídica.

### **PARECER JURÍDICO Nº 187 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC deste Tribunal, por meio do Documento de Oficialização da Demanda ([0328809](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de telecomunicação Móvel Pessoal (SMP), na modalidade Local (VC1), Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (VC2) e (VC3), pós-pago, com tecnologia digital e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 4G e 3G, considerando a disponibilidade, com fornecimento de aparelhos celulares novos, tipo *smartphones*, em regime de comodato, para atender todas as unidades da Justiça Eleitoral.

**02.** O ajuste formalizado pelo Contrato nº 12/2016 ([0121484](#)) se encontra em pleno vigor. O prazo final, inicialmente de 30 (trinta) meses, contados de 02/09/2016, teve sua vigência prorrogada por igual período. O Termo Aditivo n. 01 ao Contrato 12/2016 ([0394201](#)) registrou a prorrogação por mais 30 (trinta) meses, com data inicial em 03/03/2019 e data final em 02/09/2021, encerrando o prazo legal permitido para os contratos de serviços continuados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** Contudo, a unidade gestora da contratação (COSEIC), aferiu a necessidade de se estender excepcionalmente o prazo de vigência do contrato, como forma de se prevenir, da possibilidade de descontinuidade do serviço de telefonia móvel, principalmente nesse momento de pandemia, considerando que o procedimento inaugurado para a nova contratação (em tramitação no Processo SEI n. [0002131-85.2020.6.22.8000](#)) ultrapassaria a referida data, em razão de “situações *sui generis*, como a complexidade do certame licitatório, em face da concorrência de grandes empresas de telefonia.

**04.** Dessa feita, a proposição da prorrogação excepcional por mais 03 (três) meses ao Contrato nº 12/2016 foi processada nos autos, recebendo a análise jurídica no Parecer nº 105/2021 ([0720338](#)), Manifestação da DG ([0722477](#)) e Decisão do Presidente ([0725217](#)) com a autorização pleiteada, com fundamento legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93. O Termo Aditivo nº 4 ([0725879](#)) anotou os termos da prorrogação extraordinária e sua publicação se deu no DOU nº 157 e no DJE nº 156, em 19/08/2021 ([0728030](#)).

**05.** O coordenador da COSEIC traz aos autos a necessidade e uma nova prorrogação excepcional por mais 6 (seis) meses, e pela Manifestação nº 13/2021 ([0749292](#)), dentre outras intercorrências, noticia que o primeiro certame restou fracassado ([0730826](#)), a repetição da licitação não logrou êxito ([0739766](#)), somente a Operadora Telefonia Vivo S.A. compareceu no certame, as demais não participaram e apenas os itens 4 e 5 foram adjudicados. Não foi apresentada proposta para o item 1, tendo em vista que a Operadora Telefonia Vivo S.A. não possui cobertura na região do município de Costa Marques, e para os itens 2 e 3, a Operadora Telefonia Vivo S.A. apresentou proposta acima do preço médio estimado, não logrou êxito na negociação com o Pregoeiro, restando frustrado os itens.

**06.** Segue justificativa da unidade COSEIC para a nova prorrogação excepcional, vejamos:

(...)

Como o prazo solicitado na primeira prorrogação excepcional, contemplava a realização do certame recém encerrado, contratação da empresa e transição contratual, o mesmo não dispõe de tempo hábil para realização de novo certame, em um prazo abaixo de 2 meses.

Assim, a Equipe de Contratação, face a situação de desabastecimento de aparelhos telefônicos, com especificações técnicas mais avançadas, propôs a possibilidade de realização de novo Certame Licitatório, com nova formatação das características técnicas dos smartphones, com o intuito de garantir que as operadoras possam participar, uma vez que, aparelhos com padrão médio, possibilitaria a participação das operadoras em concorrência, em uma nova Licitação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Também nos foi apresentado a proposta de Contratação Direta, tendo em vista que houve fracasso em 03 (três) itens dos Editais publicados, mas precisamente no serviço de linha empresarial de voz e dados, com fornecimento de smartphones em comodato.

Independente da forma como se dará a nova contratação dos serviços de telefonia móvel, essa Gestão vislumbra a necessidade de uma nova prorrogação, para que não haja descontinuidade do serviço ofertado.

A equipe de planejamento da contratação estima que a publicação do edital do certame licitatório seja aberto até meados do mês de novembro/2021, ou seja, na iminência do encerramento do atual contrato, desde que tudo transcorra, sem maiores imprevistos, como recursos e impugnações.

A situação acima descrita caracteriza a possibilidade de não se realizar a nova contratação antes do encerramento da vigência do contrato atual. Assim, com a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de telecomunicações do Serviço Móvel, motiva a gestão do contrato a **solicitar uma nova prorrogação excepcional do contrato nº 12/2016, cuja vigência seria de até 06 (seis) meses, com data inicial a partir de 03/12/2021.**

(...)

**07.** Informa ainda a unidade em sua manifestação, que o acréscimo de 06 (seis) meses não impactará o orçamento previsto para despesa com telefonia móvel no exercício corrente, uma vez que os preços contratados permanecem compatíveis com o mercado e vantajoso para a Administração, **conforme pode se verificar na própria Pesquisa de Preços do recente certame realizado ([0708328](#))**.

**08.** Consultada pela COSEIC ([0749362](#)) quanto ao interesse na prorrogação excepcional por mais 06 (seis) meses, a representante da empresa contratada TELEFÔNICA BRASIL S/A – Sra. Franciele Caldim, Gerente de Negócios – Especialista Governo, respondeu concordando com a renovação, acrescentando que o termo aditivo será encaminhado para análise do jurídico da empresa e que a prorrogação do ajuste não acarretará em fornecimento de aparelhos, apenas serviço ([0750543](#)).

**09.** Pelo Despacho nº 1846/2021 ([0750795](#)), o secretário da Secretaria de Administração, Orçamentos, Finanças e Contabilidade (SAOFC), analisa o pedido de renovação por mais seis meses, e encaminha os autos à Seção de Contratos - SECONT para elaboração da minuta do Termo Aditivo e, após, a esta Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – AJDG para análise e emissão de parecer jurídico quanto à prorrogação pleiteada e à minuta juntada.

**10.** Por sua vez a SECONT junta aos autos a minuta do Termo Aditivo 5 ao Contrato 20/2016 ([0751499](#)). É o necessário relato, passo à análise.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS CRITÉRIOS PARA A PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL**

**11.** Em regra, a duração dos contratos dessa natureza (serviços continuados) não pode superar o limite de 60 (sessenta) meses, por imposição da Lei nº 8.666/1993. Todavia, a mesma Lei possibilita a sua prorrogação, **limitando a 12 (doze) meses, em caráter excepcional.** Vejamos os dispositivos que tratam da matéria:

**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

[...]

§ 4º - Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

**12.** O parágrafo § 4º do dispositivo citado assevera que **em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do art. caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 meses, ou seja, além dos requisitos da prorrogação ordinária** (contrato em vigor; previsão no instrumento contratual; serviços executados de forma contínua; demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para Administração; prorrogação por períodos iguais sucessivos; limitação 60 (sessenta) meses; existência de interesse da Administração da empresa contratada; comprovação de que contratado mantém as condições iniciais de habilitação; disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; justificação motivação, por escrito, em processo administrativo e, autorização prévia da autoridade competente para prorrogação).

**13.** A AGU, no item 12 e seguintes do Parecer nº 07/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, entende que, a rigor, não são necessárias para prorrogação excepcional as seguintes exigências da prorrogação ordinária: **a) previsão no instrumento contratual; b)**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**prorrogação por períodos iguais; c) limitação de 60 (sessenta) meses de vigência.**

**14.** Pois bem, dos requisitos elencados no item 14 deste parecer, estão **presentes** nesta análise: contrato em vigor, previsão de prorrogação ordinária; serviços executados de forma contínua; disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; justificção/motivação, por escrito, em processo administrativo; existência de interesse da empresa contratada na prorrogação do ajuste ; e, também, presente nos autos demonstração de que os preços contratados permanecem, minimamente, compatíveis com o mercado e vantajosos para Administração, uma vez que a previsão de reajuste aos valores das tarifas será realizado em momento oportuno, observando o Índice de Serviços de Telecomunicação – IST, corresponde no máximo aos seis meses da prorrogação pretendida, conforme previsão contratual.

**15.** Portanto, ausente nos autos apenas a demonstração da comprovação de que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação, bem como a autorização prévia da autoridade superior para a prorrogação excepcional, que, no caso em comento, é do Presidente deste Tribunal.

### **2.2 DA POSSIBILIDADE DE UMA NOVA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL NO CONTRATO Nº 20/2016**

**16.** A unidade gestora da contratação - Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), apresenta em sua justificativa (Manifestação 13/2021 – evento [0749292](#)) acontecimentos inesperados durante a realização da repetição do certame, realizada pelo Pregão Eletrônico n. 16/2021 ([0739766](#)), tais situações extraordinárias como a participação de apenas uma empresa (Operadora Telefonía Vivo S. A.), com isso somente os itens 4 e 5 foram adjudicados, o item 1 restou deserto e os itens 2 e 3 fracassados, persistindo a situação que originou o primeiro pedido de prorrogação excepcional.

**17.** Sobre o assunto, Renato Geraldo Mendes e Anadricea Vicente Vieira de Almeida, lecionam que a imprevisibilidade decorrente de fatos excepcionais é o que possibilitará a aplicação da faculdade contida no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993. Veja-se:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Diferentemente se passa com as hipóteses dos §§ 1º e 4º do art. 57, pois em relação a elas existe uma situação fática cuja previsibilidade não pode ser aferida, em termos concretos, antecipadamente. [...]*

*É fundamental que se diga que a situação excepcional prevista no § 4º é genérica, isto é, não descreve uma realidade jurídica certa, determinada. Não há um fato preciso, exato, único. A intenção do legislador não foi descrever um fato, uma realidade específica, mas uma situação genericamente considerada. [...]*

*Já em relação ao § 4º, não há motivos especificamente arrolados, mas uma previsibilidade genérica que autorizaria o cabimento da aceitação, como legal, de qualquer motivo, desde que excepcional, extraordinário, não cogitado.*

*Com efeito, a conveniência administrativa em relação à manutenção pura e simples da prestação de serviços, sob o argumento de a execução ser contínua, não autoriza a invocação do § 4º do art. 57. [...]*

*Assim, o cabimento da hipótese contemplada no § 4º fica condicionado à ocorrência de um motivo excepcional. Sem a existência deste, estará obstada a incidência do comando do § 4º. (MENDES; ALMEIDA, 1999, p. 504.)*

**18.** A Corte Nacional de Contas, a respeito da necessidade de justificativas em torno da excepcionalidade da prorrogação, adota a seguinte orientação no Acórdão nº 249/2015 – Plenário:

*Em análise, a unidade técnica posicionou-se pelo não acatamento da justificativa apresentada pelo responsável e considerou irregular a prorrogação de prazo depois de expirada a vigência do contrato, ultrapassado o prazo de 60 meses, sem comprovar as condições excepcionais previstas no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, posicionamento que foi acolhido pelo Relator, resultando na imposição de multa ao gestor, com fundamento no art. 58, inc. II, da Lei nº 8.443/1992. (TCU, Acórdão nº 249/2015, Plenário)*

**19.** Denota-se pela leitura do Acórdão citado que a aplicação da faculdade prevista no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 constitui ferramenta voltada a garantir que a Administração, ***diante de circunstância excepcional***, mantenha a continuidade na prestação de serviços contínuos. Por se tratar, nos termos da lei, de medida excepcional, sua aplicação requer, necessariamente, a demonstração da imprevisibilidade dos fatos que a justificam.

**20.** Pela narrativa da unidade COSEIC em sua Manifestação n. 13 ([0749292](#)), a frustração do novo certame foi imprevisível, o que de fato concede a unidade a legitimidade do pedido de uma nova prorrogação excepcional.

***“Novamente, para nossa surpresa, somente a Operadora Telefonía Vivo S.A. compareceu no certame, as demais não participaram e apenas os itens 4 e 5 foram adjudicados.”***

**21.** Reforçando esse entendimento, cita-se o voto proferido no Acórdão nº 2.149/2014 da 1ª Câmara do TCU, em que o Ministro





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Relator chama a atenção para o fato de que constitui “***Imperativo para viabilizar essa prorrogação, a presença de situação excepcional, que escape da previsibilidade do gestor de média prudência***”.

22. Persistindo a situação excepcional exigida pela norma, a possibilidade de se valer mais uma vez, no mesmo contrato, da formalização de pedido de nova prorrogação excepcional, por mais 6 meses, desde que não superado o prazo de 12 meses, se mostra legítima para o caso ora em análise.

23. Em comentário extraído da obra LeiAnotada.com, o entendimento da autora coaduna no mesmo sentido, vejamos:

Não consta do § 4º do art. 57 qualquer limitação acerca do número de termos aditivos que podem ser editados até o alcance do limite de doze meses. Assim, é possível que um mesmo contrato de serviços contínuos seja prorrogado sucessivamente com base no § 4º do art. 57, desde que respeitado o prazo máximo de doze meses (contados todos os termos aditivos) e comprovado o fato extraordinário que admite a prorrogação. (Nota ao art. 57, § 4º, elaborada por Manuela Martins de Mello, integrante da Equipe Técnica Zênite.) (MELLO, 2018.) sem grifos no original

24. Quanto aos aspectos técnicos, vale acentuar que é de responsabilidade da Administração a veracidade dos motivos alegados, bem como a decisão acerca da necessidade de aumentar a vigência do Contrato.

25. Ainda quanto às justificativas técnicas apresentadas, relembre-se que não está na seara desta Assessoria Jurídica avaliá-las ou emitir juízo sobre a necessidade de prorrogar o ajuste, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade.

26. Cumpre, porém, alertar que a “teoria dos motivos determinantes” preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.

27. Sem adentrar no mérito das causas que emanaram o pedido em questão, pelas razões já expostas nos itens anteriores, convém trazer, pertinentemente, à baila, questão abordada sobre o assunto no Parecer nº 07/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, *in verbis*:

[...]

29. No caso da prorrogação excepcional (art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666), o raciocínio deve ser o mesmo. Aliás, é de se destacar que, aos olhos do ordenamento jurídico vigente, a dispensa de licitação é mais indesejada do que prorrogação de um contrato, ainda que em caráter excepcional. Note-se que a dispensa indevida de licitação é tipificada na legislação como crime (art. 89, da Lei nº 8.666/1993) com pena mais grave do que a prorrogação indevida (art. 92, da Lei nº 8.666/1993). Nesse diapasão, é de se concluir que, se a ausência ou deficiência de planejamento não impede a possibilidade de contratação direta por



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **emergência (art. 24, IV, da Lei nº 8.666) também não pode barrar a prorrogação excepcional de um contrato administrativo.**

30. A extensão temporal da vida de um contrato administrativo, ao contrário da dispensa, faz com que avença continue vinculada ao certame no qual se prestigiou todos os princípios da Administração Pública, bem como se buscou proposta mais vantajosa para o Poder Público. Já contratação direta por dispensa de licitação não precedida de uma ampla competição (como num certame público), dificultando-se assim obtenção da melhor proposta. **Por isso, seria incoerência do sistema considerar que falta de planejamento autoriza uma contratação direta, mas impede uma prorrogação excepcional.**

31. Daí porque afirmamos a necessidade de se distinguir problema da postura do gestor incauto do problema da necessidade da continuidade do serviço essencial para bom funcionamento do órgão ou entidade. O primeiro se resolve no campo da responsabilização disciplinar, já segundo se resolve pela legislação de contratos administrativos.

32. A verdade é que a excepcionalidade geradora da prorrogação não deve ser averiguada de acordo com a causa da ausência de um novo ajuste no tempo ordinariamente admitido pela Lei. **É a consequência que a falta do serviço acarretará ao funcionamento da unidade da Administração Pública que deve justificar prorrogação excepcional. Entendemos, então, que a finalidade do instituto da prorrogação excepcional é evitar a ausência de um serviço essencial para Administração Pública, razão pela qual a excepcionalidade deve ser aferida com os olhos voltados para as consequências da falta do serviço, não com base na causa da ausência de um novo contrato.**

33. Assim, incúria do gestor que deu causa prorrogação excepcional deve ser resolvida no âmbito disciplinar, servindo as normas relativas aos contratos administrativos para atender funcionamento da Administração. Nesse sentido, citamos voto do Ministro Benjamin Zymier no Processo ns TC 022.804/2010-2, em que foi asseverado seguinte:

A prorrogação excepcional do mencionado contrato, realizada com fundamento no § 4º do art. 57 da Lei n.º [sic] 8.666/1993, ao contrário do que entende Sefit, não foi indevida. Era necessária para assegurar continuidade do serviço público. Deve-se, todavia, averiguar responsabilidade daqueles que deram causa ao atraso que culminou na necessidade de prorrogação.

**34. Registramos que prorrogação excepcional não pode ser aplicada indiscriminadamente. Conforme já afirmado em linhas anteriores, ela só deve ocorrer nas situações em que ausência do serviço acarretar prejuízos ao bom funcionamento do órgão ou da entidade contratante. Caso a falta do serviço durante tempo necessário para assinatura de um novo ajuste não acarrete prejuízos consideráveis para Administração, não vemos motivos para prorrogação extraordinária.** A título de exemplo, podemos citar caso de serviços como vigilância limpeza, cuja prestação quase sempre imprescindível para contratante cumprir sua missão.

**35. Nessa linha, importante salientar que prorrogação nesses casos ocorrerá em caráter excepcional, que significa dizer que seu tempo de duração deve ser mínimo necessário para Administração providenciar uma nova contratação. Por isso, termo aditivo deve consignar prorrogação pelo tempo estimado para realizar nova contratação ainda ressaltar possibilidade de extinção antecipada do ajuste no caso de novo contrato ser assinado antes do período previsto. [...] sem grifos no original**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**28.** Pelo exposto, e de acordo com a instrução dos autos, a ausência do serviço poderá acarretar prejuízos consideráveis ao bom funcionamento do órgão, dessa feita a prorrogação excepcional por mais seis meses solicitada para o Contrato Administrativo de serviço continuado de nº 12/2016, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, se mostra admissível. Isso não significa dizer, contudo, uma liberalidade para que o agente proceda arbitrariamente novas prorrogações com amparo nesse dispositivo sem demonstrar a imprevisibilidade decorrente de fatos excepcionais.

**29.** Deste modo, esta Assessoria Jurídica entende possível a prorrogação excepcional, desde que atendida a condicionante exposta no item 15 deste opinativo.

### **2.3 DA GARANTIA CONTRATUAL**

**30.** O Contrato n. 12/2016 ([0121484](#)) não consignou a obrigação da Contratada em oferecer garantia contratual. O artigo 56, da Lei nº 8.666/93 prevê que “a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras”, ou seja, a lei confere ao administrador discricionariedade na exigência de garantia.

**31.** O já transcrito artigo 56, da Lei nº 8.666/93 considera possível a dispensa da complementação da garantia, na medida em que a autorização legislativa para tanto torna o direito disponível. Contudo, essa dispensa de complementação da garantia, a exemplo na sua dispensa ainda no edital do certame, **reclama a apresentação de justificativa/motivação, sob pena de nulidade do ato e responsabilização do agente público em caso de prejuízo ao erário.**

**32.** Nesse compasso, o item 10 do Edital de Pregão n. 008/2016 (0098676) anota as justificativas da dispensa da garantia, além de outras situações previstas no Acórdão TCU n. 567/2015.

### **2.4 DA MINUTA DO QUINTO TERMO ADITIVO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**33.** Em análise a minuta do quinto termo aditivo ao Contrato n. 12/2016 ([0751499](#)), sob o aspecto formal, o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**34.** Ante o exposto, conclui-se que o § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 não impõe um limite objetivo quanto às prorrogações excepcionais dentro do período de 12 meses que estipula.

**35.** Assim, em **homenagem ao princípio da continuidade do serviço público, e demonstrado nos autos que a situação fática apresentada assume natureza excepcional**, poderá a Administração autorizar a prorrogação excepcional por mais seis meses na vigência do Contrato Administrativo n. 20/2016, tendo sua matriz legal no artigo 57, II, § 4º, da Lei nº 8.666/93, na medida em que estarão presentes os requisitos exigidos para tanto e expostos neste opinativo.

**36. A comprovação da regularidade fiscal da empresa e a autorização da autoridade superior são condições *sine qua non*** para levar a efeito a prorrogação excepcional pretendida, portanto as certidões necessárias devem ser juntadas aos autos previamente à assinatura do termo aditivo que registrará a prorrogação da avença e o procedimento deverá ser submetido à autoridade máxima do órgão para a validação do ato da dilação extraordinária do ajuste.

**37.** Noutro giro, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, esta Assessoria Jurídica manifesta sua **aprovação** aos termos da minuta do quinto termo aditivo juntada aos autos no evento [0751499](#), orientando para a revisão do texto visando corrigir possíveis erros materiais.

**38.** Não obstante já constar nos autos o tempo necessário avaliado pela unidade gestora para a extensão contratual, reforça esta Assessoria Jurídica que o tempo da prorrogação excepcional deverá ser estimado pela Administração como essencial para providenciar um novo contrato, limitado aos 12 (doze) meses previstos no § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**39.** Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos estritamente jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, assim como aspectos técnicos, econômicos, financeiros e orçamentários.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 21/10/2021, às 19:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0753757** e o código CRC **EB860F37**.

0003682-76.2015.6.22.8000

0753757v10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003682-76.2015.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Prorrogação excepcional do prazo de vigência – Contrato n. 12/2016.

**DECISÃO Nº 257 / 2021 - PRES/GABPRES**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Versam os autos sobre a contratação de empresa para a prestação de serviços de telecomunicação Móvel Pessoal (SMP), na modalidade Local (VC1), Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (VC2) e (VC3), pós-pago, com tecnologia digital e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 4G e 3G, considerando a disponibilidade, com fornecimento de aparelhos celulares novos, tipo *smartphones*, em regime de comodato, para atender todas as unidades da Justiça Eleitoral.

Após regular procedimento licitatório, foi firmado o **Contrato n. 12/2016** com a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A.**, com **vigência de 30 (trinta) meses, a contar** da assinatura, que se deu em **02/09/2016** (evento 0121484), **prorrogado inicialmente por igual período, com data inicial 03/03/2019 e data final em 02/09/2021**, consoante Termo Aditivo n. 01 (evento 0394201) e, **após**, excepcionalmente **por mais três meses**, contados a partir de **03/09/2021 até 02/12/2021**, com amparo no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, devido à complexidade do certame licitatório em curso, em face da concorrência de grandes empresas de telefonia (evento 0725879).

Consultada, **a empresa contratada assentiu à prorrogação excepcional** por mais seis meses e informou que a minuta do termo aditivo será submetida a análise da sua equipe jurídica e que este novo ajuste não acarretará a troca dos aparelhos (evento 0750543).

Após análise da solicitação, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) emitiu o **Parecer Jurídico n. 187/2021** (evento 0753757), no qual opinou pela **possibilidade da prorrogação excepcional, condicionada à demonstração de regularidade fiscal da contratada**, com amparo no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento 0751499).

Tanto a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) quanto a Diretoria-Geral (DG) posicionaram-se favoráveis à prorrogação excepcional solicitada, manifestando-se a DG:





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) pela **AUTORIZAÇÃO, excepcional, da prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 12/2016 (0121484) por mais 6 (seis) meses**, contados a partir de 03/12/2021 até 02/06/2022, com fundamento no artigo 57, II, § 4º, da Lei nº 8.666/93, sem impacto no orçamento respectivo; e

b) pela **verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

Pois bem, cuida-se, nesta oportunidade, da **prorrogação excepcional, pelo prazo de 6 (seis) meses, do Contrato nº 12/2016** (evento 0121484), com fundamento legal no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, medida esta que conta com expressa anuência da contratada, conforme se verifica nos autos (evento 0750543).

Um outro dado relevante é o registro, pela unidade gestora, de que **o acréscimo de seis meses não impactará o orçamento previsto para despesa com telefonia móvel**, uma vez que os preços contratados permanecem compatíveis com o mercado e vantajoso para a Administração, conforme se pode verificar na própria Pesquisa de Preços do atual certame em curso, constante do evento 0708328.

A situação atual do contrato e seus aditivos encontram-se sinteticamente demonstrados no quadro abaixo:

<b>Contrato originário/ Aditivos</b>	<b>Prazos de vigência do contrato/execução</b>
<b>Contrato nº. 12/2016</b> (evento 0211484)	<b>Prazo de vigência - 30 (trinta) meses</b> , contados a partir da assinatura do contrato, que ocorreu em <b>02/09/2016</b> .
ADITIVO N. 1 (evento 0394201)	<b>Prazo de vigência – 30 (trinta) meses</b> , contados a partir de <b>03/03/2019 com data final em 02/09/2021</b>
ADITIVO N. 4 (evento 0725879)	<b>Prazo de vigência – 3 (três) meses</b> , a contar de <b>03/09/2021 até 02/12/2021</b> .
<b>Prorrogação excepcional</b>	





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Prosseguindo o exame, é possível constatar que a proposta de **prorrogação excepcional, pelo prazo de 6 (seis) meses, foi devidamente justificada pela Unidade Gestora do contrato**, segundo a qual, dentre outras intercorrências, noticia que o primeiro certame restou fracassado (evento 0730826) e que a repetição da licitação não logrou êxito (evento 0739766), haja vista que somente a Operadora de Telefonia Vivo S.A. compareceu ao certame e apenas os itens 4 e 5 foram adjudicados. Acrescenta que não foi apresentada proposta para o item 1, tendo em vista que a Operadora Vivo S.A. não possui cobertura na região do município de Costa Marques, e que, para os itens 2 e 3, a referida Operadora de Telefonia apresentou proposta acima do preço médio estimado e não logrou êxito na negociação com o Pregoeiro, restando frustrados estes itens (evento 0749292).

Na mesma toada, a SAOFC endossa a necessidade da contratação para atender a demanda deste Tribunal e informa a existência de recursos orçamentários para a cobertura da despesa pretendida (evento 0753774).

Por sua vez, a AJDG e a DG, após a análise jurídica do caso, concluíram pela caracterização dos requisitos constantes do § 4º do art. 57 da Lei 8.666/93, que autorizam a prorrogação excepcional do contrato na forma sugerida, especialmente no que diz respeito à excepcionalidade (eventos [0749292](#) e [0754514](#)).

Assim, diante das informações coligidas aos autos, e em especial das contidas na Manifestação da SAOFC (evento 0753774) e dos fundamentos constantes do Parecer Jurídico da AJDG (evento 0753757) e na Manifestação da DG (evento 0754514), que passam a integrar esta decisão:

**a) AUTORIZO a prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato nº 12/2016 (evento 0121484) por mais 6 (seis) meses, contados a partir de 03/12/2021 até**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02/06/2022, com fundamento no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93, sem impacto no orçamento respectivo; e

**b) DETERMINO a verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93;

À DG e à SAOFC para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 8 de novembro de 2021.

**Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 16/11/2021, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0758404** e o código CRC **FC2094D4**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003682-76.2015.6.22.8000